

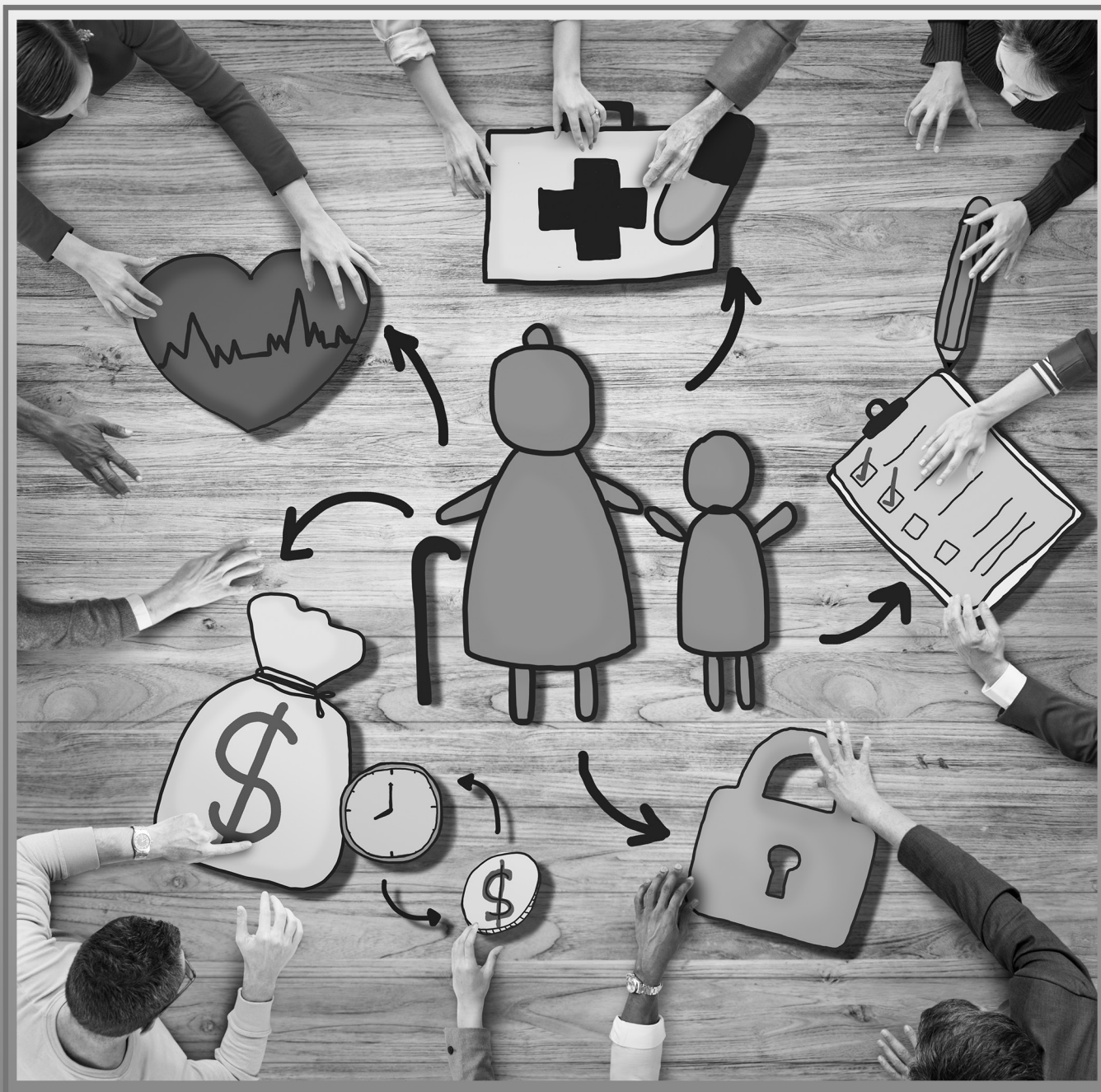


Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 4 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-234-0

DOI 10.22533/at.ed.340202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: ASPECTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR	
Eugênia Aparecida Cesconeto	
Monica Pereira	
Wanderléia Pereira Gomes Gaidarji	
DOI 10.22533/at.ed.3402029071	
CAPÍTULO 2	11
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FRENTE A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES	
Jociane Souza da Silva	
Rodrigo de Oliveira Bastos Trotta	
Victor Tavares Batista	
Simone Silva	
Bruno Xavier Campos	
DOI 10.22533/at.ed.3402029072	
CAPÍTULO 3	21
A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E AS FACÇÕES DO TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Alice Mendes Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3402029073	
CAPÍTULO 4	29
RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL E ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: UM OLHAR AO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	
Franciele Theves da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.3402029074	
CAPÍTULO 5	42
O TRABALHO INFANTIL E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA RELAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS	
Luciano Aparecido Pereira Junior	
Regina Célia de Souza Beretta	
DOI 10.22533/at.ed.3402029075	
CAPÍTULO 6	54
PROTOCOLO TÉCNICO-OPERATIVO DE ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL	
Marlí Elisa Nascimento Fernandes	
Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin	
Maria Lúcia Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.3402029076	
CAPÍTULO 7	66
FAMÍLIAS COMO FOCO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3402029077	

CAPÍTULO 8 76

FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: NO DESAFIO DO FORTALECIMENTO DAS REDES PRIMÁRIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Débora Holanda Leite Menezes
Maurício Caetano Matias Soares

DOI 10.22533/at.ed.3402029078

CAPÍTULO 9 87

A PERCEPÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS A PARTIR DA ATUAÇÃO EM ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO RIO DE JANEIRO

Patrícia Quinto Santos de Souza

DOI 10.22533/at.ed.3402029079

CAPÍTULO 10 99

PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES ADOLESCENTES ATENDIDAS NA “ALA SANTANA” – MATERNIDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

Amanda dos Santos Silva
Midiã Olivia Bentes Sant'ana
Priscila Elen Souza Oliveira
Yasmin Thais Soares da Silva

DOI 10.22533/at.ed.34020290710

CAPÍTULO 11 112

RECORTES SÓCIOS HISTÓRICOS DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CAPITALISMO

Francisco das Chagas dos Santos Alves
Aldení Gomes de Araújo Júnior
Luan Alexandre da Silva Dantas
Vanessa Amancio da Silva
Hiorrana Larissa da Silva
Flaviana Fernandes Martins
Mariana Dantas
Maria do Rosário Santos

DOI 10.22533/at.ed.34020290711

CAPÍTULO 12 122

O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ALGUMAS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS

Jailma da Costa Batista
Ranyellen Félix de Souza
Felicidade Dayana Monteiro Dias
Andressa Cassiano de Araújo
Francely dos Santos Moura

DOI 10.22533/at.ed.34020290712

CAPÍTULO 13 132

TRÁFICO DE DROGAS E O CRESCENTE APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL

Gláucia Maria Ribeiro de Souza

DOI 10.22533/at.ed.34020290713

CAPÍTULO 14 141

DESCOBRINDO A DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER

Maria Auxiliadora de Castro Coutinho

CAPÍTULO 15	149
MULHERES QUE COMETEM CRIMES: VÍTIMAS OU CULPADAS? AS MARCAS DA INSERÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL	
Priscilla Brandão de Medeiros Kaedna Coleta Araújo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290715	
CAPÍTULO 16	161
ENTREGA VOLUNTÁRIA EM ADOÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SANTO AMARO	
Ana Lucia Oliveira Ramos Michelle Cavalli	
DOI 10.22533/at.ed.34020290716	
CAPÍTULO 17	175
ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: EXPECTATIVAS E PLANEJAMENTO PARA A VIDA PÓS-TRABALHO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.34020290717	
CAPÍTULO 18	193
ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.34020290718	
CAPÍTULO 19	205
O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO: DO RECONHECIMENTO À NEGAÇÃO	
Pamalla Sheron Gomes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.34020290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

PROTOCOLO TÉCNICO-OPERATIVO DE ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Marlí Elisa Nascimento Fernandes

Assistente social - Pesquisadora Colaboradora
da Faculdade de Ciências Médicas
Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP
<https://orcid.org/0000-0003-3765-0368>

Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin

Professora Titular em Cirurgia Hepática e
Transplante de Fígado do Depto de Cirurgia da
Faculdade de Ciências Médicas
Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP
<https://orcid.org/0000-0002-1165-2149>

Maria Lúcia Martinelli

Professora Associada da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo-PUC-SP
<https://orcid.org/0000-0001-9124-2846>

RESUMO: O objetivo deste estudo foi desenvolver um instrumento técnico-operativo visando atendimento das demandas sociais das famílias, durante e após o processo de doação de órgãos para transplantes. **Método:** pesquisa exploratória qualitativa, realizada no período de 2016-2017 pactuando, no trabalho de assistentes sociais, psicólogos/as para a prestação de serviços socioassistenciais no Centro de Referência de Assistência Social, visando ao fortalecimento de vínculos

interpessoais, e comunitários das famílias de doadores/as, na perspectiva da totalidade, avaliando oportunamente a perspectiva familiar sobre o atendimento recebido. A seleção se deu por meio de sorteio e a amostra contou com 11 famílias que foram entrevistadas utilizando o questionário semiestruturado contendo dados sociodemográficos e o levantamento de suas necessidades. Os dados quantitativos foram analisados por frequência descritiva, enquanto as informações qualitativas foram submetidas à análise de conteúdo. **Resultados:** Observou-se que das 11 famílias (64%) eram mulheres, negras, trabalhadoras, cuja mediana de idade foi 34 anos, que perderam seus filhos, outras os pais em decorrência de morte encefálica ocasionadas por causas externas, das quais 45% do/as doadores estavam em situação de vulnerabilidade social e precisavam de suporte. Nos dados qualitativos as/os participantes consideraram que: “O assistente social foi muito acolhedor, eu estava desesperada (o) e com este apoio e orientações foi bom para eu saber o que fazer quando perdi minha mãe”. **Conclusão:** O estudo demonstrou que o protocolo é uma inovação tecnológica que pode ser utilizada pelo Sistema Único de Saúde para melhoria da Política Nacional de Transplantes, uma vez que apoia e garante acesso aos

direitos sociais das famílias trabalhadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Famílias. Transplantes. Rede Socioassistencial.

TECHNICAL-OPERATIVE PROTOCOL OF FAMILIES 'ATTENDANCE IN THE SOCIOASSISTENTIAL NETWORK

ABSTRACT: The objective of this study was to present the construction of a technical-operative instrument aimed at meeting the social demands of families, during and after the organ donation process for transplants. Method: qualitative exploratory research, carried out in the period 2016-2017, agreed in the work of social workers, psychologists to provide social assistance services in the Reference Center for Social Assistance, aiming at strengthening interpersonal and community ties of the families of donors, from the perspective of totality, timely evaluating the family perspective on the care received. The selection was made by lot and the sample had 11 families that were interviewed using the semi-structured questionnaire containing sociodemographic data and the survey of their needs. Quantitative data were analyzed by descriptive frequency, while qualitative information was submitted to content analysis. Results: It was observed that of the 11 families (64%) were women, black, female workers, whose median age was 34 years, who lost their children, other parents as a result of brain death due to external causes, of which 45% of them were in a situation of social vulnerability and needed support. In the qualitative data the participants considered that: "The social worker was very welcoming and I was desperate and with this support and guidance it was good for me to know what to do when I lost my mother." Conclusion: The study demonstrated that the protocol is a technological innovation that can be used by the National Health System to improve the National Transplantation Policy, since it supports and guarantees access to social rights to working families.

KEYWORDS: Families. Transplants. Social and Social Network.

1 | INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece um dos mais abrangentes programas públicos de transplantes de órgãos e tecidos do mundo, e tem apresentado crescente desempenho desde sua criação. É também a política de inclusão social implementada para assegurar a atenção à saúde da população, oferecendo assistência integral ao paciente transplantado (BRASIL, 2009, 2010).

A escolha deste tema se deu em atendimento às demandas sociais das famílias de doadores de órgãos apresentadas ao Serviço Social, que é membro da Comissão Intra-hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes (CIHDOTT) de um hospital público, como forma de se prestar assistência às famílias em situação de vulnerabilidade decorrente da morte do/a potencial doador/a.

Para responder às novas demandas que se apresentam no campo da Saúde e nas

Políticas Sociais, é preciso uma análise criteriosa da realidade em que o/a assistente social está inserido, por exemplo, no complexo hospitalar, e comprometido com o Projeto Ético-Político da profissão, além de ter a competência para estruturar seu trabalho, formulando respostas efetivas para viabilizar o acesso à garantia de direitos sociais (CFESS, 2009).

O trabalho com famílias durante e após o processo de doação de órgãos para transplantes tem apresentado, portanto, expressões da questão social que envolvem vasto campo de saberes profissionais. Fernandes (2015) constatou, em estudo recente, uma lacuna no processo, demonstrando que a Política Nacional de Transplantes não contempla o suporte pós-consentimento e no luto, além da falta de resolução de muitas dúvidas das famílias acerca dos direitos trabalhistas e previdenciários que envolviam o/a potencial doador de órgãos.

A partir desses contextos, esta pesquisa teve como objetivo desenvolver o Protocolo da Rede de atendimento e cuidados das famílias de doadores/as de órgãos para transplantes como um instrumental técnico-operativo, visando atendimento das demandas sociais das famílias, durante e após o processo de doação de órgãos para transplantes, através da articulação com a Rede Socioassistencial.

2 | O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este estudo exploratório qualitativo foi realizado no ano de 2017, a partir de levantamento no banco de dados de doadores de órgãos da Organização de Procura de Órgãos (OPO) para Transplantes de um hospital público que é referência nos procedimentos de alta complexidade no município de Campinas/SP.

A seleção se deu por meio de sorteio e a amostra contou com 11 famílias de doadores de órgãos, as quais foram entrevistadas, com a utilização de um questionário semiestruturado e gravação de áudio, contendo o perfil socioeconômico e o levantamento das necessidades dos participantes, após terem assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O Protocolo foi construído pela equipe interdisciplinar do hospital, com base na Teoria da Diversidade e Universalidade do Cuidado da Saúde (Seima et al, 2011) que tem como princípio “o respeito aos comportamentos, valores e às crenças dos indivíduos e grupos, na execução do cuidado da saúde” (Leninger, 1991), com representatividade na comunidade científica.

“[...]A teoria da diversidade e universalidade é um conjunto de inter-relações de conceitos e hipóteses que respeitam os comportamentos, os valores, as crenças dos indivíduos e dos grupos na execução do cuidado. Desse modo, reconhece os aspectos culturais das necessidades humanas, considerando as peculiaridades oriundas do modo de vida de cada indivíduo”. (LENINGER, 1991, p. 435).

Essa teoria norteou este estudo porque tem relação com os princípios do Código de

Ética do Assistente Social (2012, p.24) de zelar pelo “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”, respeitando a pessoa enquanto sujeito da sua história; e em que a diversidade, valor central nas relações sociais, é parte integrante das ações dos profissionais.

A pesquisa se desenvolveu em duas fases: na fase 1, foram identificadas as necessidades das famílias de doadores de órgãos e seu perfil socioeconômico. Já na fase 2, realizou-se a avaliação dos participantes quanto ao atendimento recebido na Rede Socioassistencial. Para tanto se estabeleceu o CRAS como recurso de atendimento das famílias participantes do estudo. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

[...] é uma unidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que oferece serviços socioassistenciais de caráter protetivo, preventivo e proativo a fim de fortalecer os vínculos familiares e comunitários e ampliando o acesso dos usuários aos direitos de cidadania contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos usuários (BRASIL,2004).

A partir dos resultados, os dados quantitativos foram organizados em frequência descritiva, enquanto as entrevistas qualitativas foram transcritas após a saturação das respostas (Campos e Turato, 2009) do/as participantes, além de categorizadas e agrupadas em temática, segundo o referencial metodológico da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

A pesquisa de pós-doutorado foi aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas, por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), parecer n. 58565616.0.0000.5404.

3 | AS FAMÍLIAS DE DOADORES/AS DE ÓRGÃOS COMO SUJEITO DA PESQUISA

Acerca das características dos/as participantes e de seu perfil socioeconômico, a pesquisa obteve estes dados: a maioria (73%) era do gênero feminino e 27% dessas pessoas eram do gênero masculino; a idade mediana, 34 anos (24-66 anos). O estado civil com prevalência de 63% solteiros/as e viúvos/as; 37% eram casados/as.

O contexto social verificado na coleta de dados dos questionários respondidos revelou que do/as 11 participantes, 82% tinham moradia própria; uma mediana de (3) membros na composição familiar; sendo a renda per capita de R\$ 477,00, 50% maior que beneficiários de programa de transferência de renda do governo federal, porém, 45% do/as participantes não tinham vínculo previdenciário, inclusive, e, em uma das famílias, todos os membros estavam desempregados; nos arranjos familiares do estudo, prevaleceram o 54,5% monoparental, seguido por 45,5% nuclear.

A partir dos relatos das famílias após o consentimento da doação, quanto às necessidades apresentadas durante o atendimento no hospital para encaminhamento à Rede Socioassistencial, 82% delas informaram a necessidade de obter suporte psicológico

e 45% delas, além do suporte psicológico, precisavam de atendimento social do CRAS.

Ao analisarmos as informações qualitativas das respostas dos/as participantes do estudo, foram categorizadas as temáticas:

- a) Perspectiva familiar quanto ao atendimento na Rede Socioassistencial.
- b) Protocolo da Rede: uma proposta tecno-operativa de apoio social.

a) Perspectiva familiar quanto ao atendimento da Rede Socioassistencial

[...] é muito importante também esse acolhimento de todas as áreas que podem ser envolvidas. Seja o serviço social, seja de um apoio psicológico, religioso, até espiritual. (Participante 1).

[...] este programa de vocês é muito importante para as famílias que sofrem sozinhas, mesmo tendo esta necessidade. Será que vão pensar na gente também? (Participante 5).

[...] é positivo isso você pensar, de uma forma, que alguma coisa boa saiu do que aconteceu com você. Da sua perda, alguém está ganhando. Então não foi algo em vão, afinal de contas se não tivesse ido para outra pessoa, teria sido perdido né. (Participante 3).

[...] acho que o programa é muito positivo e eu tenho certeza que qualquer pessoa que passe por isso se beneficiaria de um acompanhamento desses, sem sombra de dúvida. (Participante 11).

[...] acho que é algo fundamental, que ajuda a gente a continuar com a vida mesmo. (Participante 7)

[...] eu acredito que seja de total importância o acompanhamento psicológico às famílias de doadores. Afinal, quando doamos, ajudamos, devolvemos sorrisos às famílias. Um suporte à toda a família neste momento é essencial. (Participante 8).

[...] sim, realmente acho muito importante isso, porque isso faz muito bem assim para nosso lado emocional. Vou contar para senhora, não é fácil. Mas agradeço tudo que vocês fizeram por mim. (Participante 6).

[...] acho que tem de ser feito uma divulgação maior e depois da doação esse tipo de acompanhamento das famílias, é muito importante também esse acolhimento de todas as áreas que podem ser envolvidas (Participante 4)

[...] O Apoio psicológico eu tenho certeza que foi interessante. Porque ninguém passa por uma situação dessa e sai ileso de uma situação dessa, né. (Participante 2)

[...] o assistente social foi muito acolhedor eu estava desesperada e com este apoio foi bom para eu saber o que fazer quando perdi minha mãe. (Participante 10)

[...]as famílias que perdem um familiar são importantes para ajudar as pessoas que precisam de um órgão, então precisamos muito do apoio dos profissionais. (Participante 9)

Os resultados deste estudo apontam para a efetivação das diretrizes e dos princípios do SUAS observados nas relações de vínculo e responsabilização dos profissionais para

com as famílias participantes, garantindo a continuidade das ações de Saúde e de linha de cuidado.

Com relação à categoria de Perspectiva Familiar quanto ao atendimento na Rede Socioassistencial, os significados atribuídos pelo/as participantes comprovam que o objetivo do estudo foi alcançado.

b) Protocolo da Rede: uma proposta tecno-operativa de apoio social

A pesquisa pactuou, no trabalho de assistentes sociais e psicólogos/as, para a prestação de serviços socioassistenciais no CRAS, visando ao fortalecimento de vínculos interpessoais e comunitários das famílias de doadores/as enlutadas, na perspectiva da totalidade (CFESS, 2005), através da articulação entre a pesquisador/a atuante no Hospital e a Rede Socioassistencial. Desta forma, a pauta partiu de serviços prestados na Proteção Social Básica, enquanto

[Houve o engajamento com] O conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, buscando a inserção de famílias e indivíduos na rede e em outras políticas setoriais. (BRASIL,2004).

Observou-se um viés para o trabalho no campo da saúde a partir da observação de que a Política Nacional de Transplante não contempla na legislação esse suporte como apresentado no Protocolo Rede, desta forma sendo passível se implantar o atendimento multiprofissional às famílias de potenciais doadores de órgãos a partir de uma reestruturação no processo do hospital captador, pois se trata de temática relevante que envolve múltiplas expressões da questão social e praticamente não é contemplada no âmbito do Serviço Social.

O assistente social tem, na base de sua formação, a questão social, enquanto especialização do trabalho, em que deverá intervir para a consolidação de direitos. A questão social, segundo Iamamoto (2009), tem sido definida como:

“[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social, que é cada vez mais coletiva; o trabalho torna-se mais amplamente social; enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade” IAMAMOTO (2009, p.27).

É premissa do Sistema Único de Saúde (SUS) que a Rede seja o contato preferencial dos usuários, pois essa relação baseia-se nos princípios da universalidade; acessibilidade; do vínculo; participação social, em que as equipes utilizam ações de saúde, observando critérios de risco, vulnerabilidades, resiliência e o imperativo ético de que se deve acolher toda e qualquer demanda, necessidade de saúde ou sofrimento (TANAKA, 2011). Esses princípios estão aliançados ao Código de Ética do Assistente Social,

[...]que prima pelo reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure

O Serviço Social tem, nos fundamentos, sua base constitutiva de formação e trabalho profissional “para conhecer e decifrar o ser social e a vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2009) através das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa, que dão suporte ao profissional para efetuar análises da sua prática, em busca de uma intervenção eficaz que atenda à demanda do usuário e permita discussão das políticas públicas, neste caso envolvendo o Sistema Nacional de Transplantes, como foi realizado neste estudo.

Em termos teórico-metodológicos, segundo Carvalho et al (2014), destaca-se, no Sistema de Saúde, a capacidade do profissional de dar respostas às demandas, de forma humanizada e digna.

[...] um dos modelos de intervenção do Serviço Social que se tem destacado no sistema de saúde e em cuidados continuados, é pela sua capacidade de responder aos problemas e de emancipação dos indivíduos. A inclusão do Serviço Social no contexto dos cuidados de saúde e continuados integrados é um imperativo de direitos humanos e de dignidade humana (CARVALHO, 2014, p.265).

Desta forma, os instrumentais técnico-operativos utilizados para execução do Protocolo Rede nesta pesquisa, como: encaminhamento, entrevista, visita domiciliar e relatório de atendimento, foram importantes para corresponsabilização dos profissionais e dos Serviços no cuidado das famílias do estudo.

Segundo a autora Guerra (2012, p. 40), a dimensão técnico-operativa de atuação do Serviço Social é a forma de aparecer da profissão, e pela qual ela é conhecida e reconhecida em diversas formas de enfrentamento das manifestações da questão social.

Pelo fato de a morte precoce de doadores/as de órgãos ocorrer numa idade produtiva, como apresentado em nossos resultados, pode-se perceber que ocorreu impacto na dinâmica familiar dos filhos e pais, que dependiam econômica e emocionalmente do/a doador/a.

Como encontrado em nossos dados, as famílias estavam em situação de vulnerabilidade social, por isso, além do estado de luto pela perda, 82% dos participantes informaram a necessidade do suporte psicológico, tendo sido direcionados para atendimento de psicólogos do Serviço.

Não se pretende aqui aprofundar sobre o tema morte e luto familiar, mas informar que, no contexto do atendimento clínico do potencial doador, segundo dados do hospital, as causas de mortes encefálica geralmente foram em decorrência de causas externas e/ou violência urbana, como ferimentos por arma de fogo; acidentes automobilísticos, e, muitas vezes, quando se trata de causas endógenas, as mortes podem ocorrer devido a acidente vascular cerebral (AVC), hipertensão intracraniana (HSA) conforme relatos médicos do banco de dados.

Quanto à condição de trabalho, 45% dos/as participantes revelaram que não possuíam

vínculo previdenciário, com o agravante de que um/a relatou, ao profissional que visitou a família, que naqueles momentos todos estavam desempregados. Vale ressaltar que a renda per capita era 50% maior que os parâmetros de renda de ¼ do salário mínimo, que, se comparado à renda per capita para inclusão em programas de transferência de renda do governo federal, o valor é de R\$238,50. No entanto, prevalece nossa preocupação sobre as relações de trabalho que envolveram os/as participantes, uma vez que eram frágeis, pelo fato de não serem segurados da Previdência Social.

Outro dado importante do estudo foi que a maior parte dessas famílias tinha domicílio próprio. Isso denota que, possivelmente, houve maior acesso a algum tipo de programa de habitação popular.

Uma realidade é que a política neoliberal vigente, a qual que se pretende justificar pela expansão e liberdade de comércio, para garantia do “crescimento econômico e o desenvolvimento social” do país, em que o Estado vem desconstruindo a Política de Seguridade Social, no avanço da crise do capital, acompanhada da ganância dos atuais governos, vem acarretando um crescimento dos riscos da questão social, o que afeta diretamente a classe trabalhadora e aumenta o exército de reserva.

Trindade (2017) discute esta relação de poder em que se tem produzido um contingente de subemprego que apresenta um

[...]caráter devastador desse sistema societal que vem produzindo, em proporções cada vez maiores, uma massa de trabalhadores sobrantes, que não conseguem se inserir nos circuitos produtivos de mercadorias ou ainda que vivenciam toda sorte de trabalhos precários e subemprego. (TRINDADE 2017, p. 226).

Desta forma, na dinâmica da família de doadores neste momento de vulnerabilidade social e afetiva diante da morte precoce do familiar, a precarização se fez presente nas relações de trabalho devido à instabilidade e a insegurança de permanecer empregado, o que pode ter acarretado sérios danos sobre o corpo e a mente dos/as participantes.

A sociabilidade neoliberal vem contribuindo para a apreensão da força de trabalho sob as condições da exploração do capital, com o aumento da informalização e a degradação do estatuto salarial. Nesta realidade, o ato de prestar apoio às famílias enlutadas requer do profissional o dinamismo para o empoderamento destas, no sentido de encaminhá-las para que busquem garantia de seus direitos.

O desemprego estrutural reflete a ação do capital contra os direitos dos trabalhadores. Também se observa que a conjuntura de supervalorização do mercado, e o acirramento das desigualdades e exploração do trabalho vigente no país, vem trazendo agravos na saúde da população, uma vez que o emprego sem carteira assinada é preocupante e não garante nenhum direito previsto na Previdência Social (CEOLIN, 2014; BOSCHETTI, 2017).

Nesse contexto, as ações desenvolvidas no Protocolo da Rede de Atendimento e Cuidados oportunizaram que os/as participantes pudessem ser atendidos/as de acordo

com suas demandas, podendo receber do/a assistente social do Centro de Referência de Assistência Social orientações quanto aos benefícios sociais, da Previdência Social e resgate de indenização do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), daqueles/as doadores/as cuja morte foi em decorrência de violência urbana e ou de causas externas.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social, a intervenção no grupo familiar requer considerar sua “singularidade, sua vulnerabilidade no contexto social, além de seus recursos simbólicos e afetivos, bem como sua disponibilidade para se transformar e dar conta de suas atribuições” (BRASIL, 2004, p.35).

A parceria entre o hospital e a Rede pode ainda ser um canal de avanço para a proteção social e empoderamento da categoria para desenvolver um trabalho em conjunto com as famílias, a fim de que estas se tornem proativas nas discussões da transformação de suas próprias realidades, por exemplo, mobilizando-se para que o Sistema Nacional de Transplantes inclua este serviço Socioassistencial como parte do processo de doação, além de promoverem reflexões críticas sobre as vulnerabilidades vivenciadas no processo e as estratégias de superação.

A família é entendida como o grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, independentemente das características assumidas, e, além de ser fundamental na execução dos cuidados, é a família, o elemento chave na superação de dificuldades mesmo num modelo capitalista como o nosso.

A PNAS reconhece explicitamente a centralidade das famílias “como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida” (BRASIL, 2004, p. 34).

As transformações vivenciadas na sociedade impactaram na constituição e nos arranjos familiares, tendo novos modelos de famílias, extensas, heterossexuais, homoafetivas, monoparentais as quais são muito diferentes dos modelos idealizados no passado, que se constituíam de famílias nucleares; em nossos resultados, alguns dos participantes que perderam seu ente familiar e doaram os órgãos para transplantes eram famílias compostas por estruturas monoparentais chefiadas por mulheres.

Carvalho (2014), que avaliou o cenário de mudança nas estruturas familiares, constatou o aumento da frequência de famílias monoparentais brasileiras. Este, segundo a autora, estaria associado ao aumento das responsabilidades das mulheres, que passaram a responder pela chefia de um em cada quatro domicílios no Brasil, enquanto Garcia (2018) chama a atenção para os desafios que caracterizam hoje o trabalho com famílias em vista, dado que “a família representa proteção, mas também é um ambiente conflitivo”(GARCIA, 2018,p.44), e muitas vezes, marcada pela precariedade de renda e condições de subsistência.

Nos resultados da pesquisa, na perspectiva das famílias atendidas na Rede

Socioassistencial, pode-se perceber certa sensação de conforto e esperança dos participantes, que se sentiram contemplados pelo atendimento recebido pelos profissionais, tendo alcançado o objetivo do estudo, no tocante à proposta do Protocolo da Rede de Cuidados.

Desta forma, o Protocolo estabeleceu a articulação no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o fluxo que privilegiou a avaliação e o acolhimento oferecido pelo assistente social e os psicólogos de acordo com as demandas das famílias, proporcionando o acesso delas aos direitos sociais e contribuindo para o fortalecimento dos vínculos parentais.

O compromisso com o projeto profissional que se propõe à promoção de estratégias técnico-políticas foi neste trabalho realizado, concretizando a qualidade na prestação de serviços às famílias enlutadas do estudo.

As limitações do estudo se pautam no fato de que não foram encontradas investigações com a temática de doação de órgãos e transplantes em que houvesse, por parte do serviço social, avaliação da perspectiva das famílias de potenciais doadores no contexto de inclusão na rede socioassistencial pós doação.

Há uma real necessidade de que as equipes reflitam sobre como os profissionais de Saúde podem auxiliar os familiares do potencial doador de órgãos, durante e após o processo de doação.

Convida-se então, a uma reflexão da categoria sobre novas demandas apresentadas especialmente nesta prática do trabalho na Saúde, para a produção de conhecimento desta realidade social em que foi possível, de forma crítica e criativa, desenvolver o instrumento técnico-operativo respaldado em nosso projeto ético/político, comprometido com os interesses coletivos, possibilitando que ocorra um novo olhar dos gestores para se repensar o modelo atual de Política Nacional de Transplantes.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pelos profissionais do hospital e os da rede socioassistencial trouxeram o resgate de cidadania e melhoria na dinâmica familiar, cumprindo assim os objetivos propostos, com uma repercussão social positiva em vista de ser uma iniciativa do Serviço Social do HC inovadora no país.

O estudo demonstrou que o protocolo é uma inovação tecnológica que pode ser utilizada pelo Sistema Único de Saúde para melhoria da Política Nacional de Transplantes, uma vez que apoia e garante acesso aos direitos sociais das famílias trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

BARDIN Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo Edições 70.2011, 280p.

BOSCHETTI Ivanete. **Agudização da barbárie e desafios ao serviço social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, 2017;128:54-71.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS. **Sistema Único de Saúde**. Brasília, 2011, 291p. Disponível em <http://www.CONASS.org.br/biblioteca/> Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

_____. Ministério da Saúde. Portaria Ministério GM 2600/2009. **Aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes**. Disposições da Lei 9.434/1997, do Decreto 2.268/1997, da Lei 10.211/2001, e Lei 11.521/2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. 2004, 178p.

_____. Ministério da Cidadania Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Carta de Serviços ao Usuários. Proteção Social Básica**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-pra-voce/carta-de-servicos/...social/basica> acesso em fevereiro 2018.

_____. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - SES-SP. Resolução SS-151, de 13 de agosto de 2010. **Dispõe sobre estrutura organizacional e operacional do Sistema Estadual de Transplantes**. Acesso em 11 de fevereiro 2019. Disponível em http://www.saude.sp.gov.br/biblioteca/html/catalogo/catalogo_transplante

CARVALHO, Maria Irene Lopes B. de. **Política de saúde e de cuidados continuados integrados em Portugal. O planeamento da alta em Serviço Social**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 261-271, nov. 2014. ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/32247/28072>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

CAMPOS Claudinei José Gomes, TURATO Egberto Ribeiro. **Content analysis in studies using the clinical-qualitative method: application and perspectives**. Rev Latinoam Enferm. 2009;17(2):259-64.

CARVALHO, Inaia Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. **Família e proteção social**. Perspec., São Paulo, 2003;17(2):109-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392003000200012&Ing=en&nrm=iso>. Access on 11 mar. 2019.

CEOLIN George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no serviço social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, 2014(118):239-264.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL/CFESS. **Atribuições e competências dos assistentes sociais na saúde**. Acesso em 12 de dezembro de 2018. Disponível em www.cfess.org.br/.../parametros_para_atuacao_de_assistentes_sociais_na_saude...2009, 43p.

_____. **CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL**. Lei 8.662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão. 10ª ed. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social. 2012, 60 p.

_____. **PARÂMETROS PARA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. 2005; 38p.

FERNANDES Marli Elisa Nascimento. **Percepção das famílias de doadores de órgãos sobre o processo de doação**. Faculdade de Ciências Médicas/Unicamp, Campinas. (Tese de Doutorado). 2015, 92p.

_____. BITTENCOURT Zélia Zilda Lourenço de Camargo, BOIN Ilka de Fatima Santana Ferreira. **Experiencing organ donation: feelings of relatives after consent**. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto. 2015; 23(5):895-901.

GARCIA Joana Angélica Barbosa. **Apontamentos sobre a controvertida centralidade da família no trabalho social**. SER Social, Brasília, 2018; 20, (42):30-53.

GUERRA Yolanda AD. **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora: UFJF. 2012. p.39-70.

IAMAMOTO Marilda Vilela. **O serviço social na cena contemporânea.** In CFESS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. 2009.15-50.

LEININGER Madeleine. **Cultural care diversity and universality: a theory nursing.** New York: National League Nursing Press; 1991.

SEIMA MD, MICHEI T, MÉIER MJ, WALL ML, LENARDT MH. **A produção científica da enfermagem e a utilização da teoria de Madeleine Leininger: revisão integrativa.** Esc. Anna Nery. 2011; 15(4): 851-857.

TANAKA, Osvaldo Yoshimi. **Avaliação da atenção básica em saúde: uma nova proposta.** Saúde Soc., São Paulo, v. 20, n. 4, p. 927-934, Dec. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000400010&lng=en&nrm=iso>. Access on 13 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000400010>.

TRINDADE Hiago. **Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 225-244, maio/ago. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200225&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 mar. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 11, 12, 13, 16, 17, 18, 25, 58, 63, 69, 110, 145, 146, 202

Adoção 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Adolescente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 83, 100, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 165, 166, 175

Aposentadoria 175, 177, 178, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 202, 203, 207, 212

Assistência Social 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 31, 33, 44, 50, 51, 54, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 82, 83, 87, 88, 89, 93, 96, 98, 129, 130, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 181, 193, 194, 201, 202, 205, 209, 211, 212, 213, 215

Ato Infracional 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 38, 40, 41

B

Brasil 2, 3, 4, 9, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 30, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 82, 83, 86, 98, 106, 110, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 143, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 171, 173, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 190, 191, 200, 201, 203, 204, 211, 213, 214

Brasileira 2, 3, 15, 27, 44, 46, 51, 52, 67, 71, 75, 82, 95, 125, 130, 132, 134, 137, 139, 157, 158, 163, 166, 170, 177, 180, 181, 191, 201, 211, 212, 213

C

Capitalismo 5, 9, 19, 27, 82, 88, 109, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 125, 126, 132, 133, 134, 140, 154, 155, 156, 165, 174, 200, 213

Conflito 1, 2, 6, 7, 8, 9, 23, 28, 29, 125, 146, 164

Criança 2, 3, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 30, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 81, 100, 103, 110, 144, 145, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175

D

Delegacia 141, 142, 143, 144, 145, 146

Desigualdade 24, 37, 79, 82, 105, 109, 112, 113, 119, 142, 156, 157, 179

Direito 1, 3, 6, 7, 9, 12, 15, 19, 20, 35, 37, 38, 48, 51, 52, 61, 66, 68, 70, 72, 77, 79, 85, 89, 107, 109, 110, 111, 118, 119, 124, 127, 129, 138, 151, 153, 154, 156, 159, 166, 167, 168, 170, 172, 179, 180, 181, 182, 188, 201, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

E

Envelhecimento 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 211, 213, 214, 215

Estado 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48, 50, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 118, 124, 125, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 144, 147, 150, 151, 152, 153, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 179, 181, 196, 201, 208, 209, 211, 212, 213

F

Família 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 18, 20, 24, 32, 34, 38, 39, 48, 50, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 105, 106, 109, 113, 114, 116, 118, 119, 127, 128, 146, 164, 165, 166, 167, 169, 175, 180, 182, 190, 199, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215

Famílias 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 33, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 108, 118, 126, 146, 163, 166, 201

G

Gênero 14, 57, 71, 78, 80, 100, 109, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 131, 134, 139, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 212

I

Idoso 176, 179, 180, 185, 190, 191, 198, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

Institucional 4, 11, 12, 13, 16, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 90, 91, 92, 93, 124, 165, 167

L

Lei 1, 2, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 28, 29, 30, 40, 41, 45, 46, 49, 50, 51, 64, 69, 70, 74, 86, 87, 100, 107, 110, 127, 129, 130, 133, 136, 137, 139, 143, 147, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 167, 174, 176, 179, 190, 191, 199, 205, 207, 209, 210, 212, 213, 214

M

Mãe 54, 58, 72, 78, 102, 107, 119, 162, 164, 166, 167, 169

Medida 4, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 68, 97, 116, 120, 124, 134, 135, 136, 143, 145, 185, 200

Mulheres 46, 54, 62, 78, 104, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 182, 194, 200, 201, 206, 211, 215

P

Política 1, 2, 5, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 104, 107, 110, 114, 115, 124, 127, 130, 132, 133, 134, 136, 139, 143, 151, 153, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 179, 181, 182, 190, 191, 193, 194, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 215

Política Pública 15, 68, 69, 70, 89, 130, 143, 210

Prática 1, 13, 19, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 34, 37, 60, 63, 74, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 123, 126, 144, 170, 171, 172, 175, 181

Prisional 133, 136, 137, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158

Promoção da Saúde 42, 45, 49, 50, 178

Q

Questão Social 4, 6, 7, 9, 10, 14, 24, 27, 32, 39, 56, 59, 60, 61, 66, 67, 77, 80, 82, 85, 86, 88, 89, 98, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 168, 170, 173, 179, 201

R

Rede 13, 14, 17, 18, 33, 34, 36, 37, 38, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 91, 92, 93, 94, 102, 103, 109, 123, 129, 130, 131, 143, 167, 169, 173, 189, 210, 215

S

Saúde 5, 14, 15, 17, 19, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 93, 96, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124, 129, 130, 131, 136, 139, 143, 144, 150, 155, 157, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 179, 181, 188, 189, 191, 194, 195, 201, 202, 203, 206, 209, 210, 212, 214, 215

Serviço Social 1, 10, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 40, 41, 42, 53, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 109, 110, 111, 121, 132, 133, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 160, 161, 169, 174, 177, 191, 193, 206, 215

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 113,

114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Sociedade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19, 24, 27, 28, 32, 37, 39, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 89, 94, 95, 96, 97, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 176, 177, 179, 180, 181, 185, 187, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 207, 208, 211, 214

Socioassistencial 33, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 87, 167, 169, 215

Socioeducativa 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40

Sujeito 6, 23, 25, 30, 43, 44, 47, 49, 50, 57, 68, 73, 74, 108, 124, 125, 136, 154, 162, 177, 178, 181, 187, 189, 200

T

Trabalho 3, 4, 5, 7, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 105, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 152, 154, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 168, 169, 172, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214

V

Violência 1, 7, 10, 12, 22, 25, 27, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 45, 47, 52, 60, 62, 67, 71, 92, 95, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 154, 159, 208, 215

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020